



Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2025

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar, CEP 04538-132 - São Paulo - SP



Conteúdo

Relatório da diretoria	03
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	06
Relatório comitê de auditoria	12
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	16
Demonstrações dos fluxos de caixa	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	18
2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	18
3 Descrição das principais práticas contábeis	18
4 Segregação entre circulante e não circulante	23
5 Caixa e equivalentes de caixa	23
6 Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
7 Títulos e valores mobiliários	24
8 Instrumentos financeiros derivativos	25
9 Operações de crédito e ativos financeiros com características de crédito	27
10 Provisão para perdas esperadas	28
11 Outros ativos financeiros	29
12 Outros ativos	29
13 Imposto de renda e contribuição social diferidos	29
14 Depósitos de clientes e instituições financeiras	30
15 Obrigações por empréstimos e repasses	31
16 Outros passivos	31
17 Provisões diversas	31
18 Contingências passivas	31
19 Transações com partes relacionadas	32
20 Patrimônio líquido	34
21 Imposto de renda e contribuição social correntes	34
22 Outras informações	34
23 Gerenciamento de riscos	36
Diretoria e Contadora	40



Relatório da Diretoria

Introdução:

Senhores, Autoridades e Clientes,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão (“Banco”, “Instituição”, “Deutsche” ou “Deutsche Bank Brasil”) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2025. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3.

Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Destaques do semestre:

• Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, conforme alterada, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Os principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida norma foram apresentados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

• Resultado do semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R\$ 182.961, equivalente a R\$ 0,15 por ação, e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 13,2%.

Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank superou as expectativas de receita, impulsionada principalmente pela carteira de clientes de gestão de conta corrente e custódia. O impacto da taxa de juros de referência (CDI) sobre os volumes em conta corrente foi um fator determinante para esse resultado positivo. Adicionalmente, a carteira de crédito do Corporate Bank apresentou um crescimento de 25% em relação ao final de 2024, com a receita correspondente esperada para o segundo semestre de 2025. A área de Investment Bank apresentou um desempenho significativamente superior tanto ao mesmo período do ano anterior quanto ao planejado para o período, impulsionado por ganhos provenientes de uma relevante transação de derivativos (*cross currency swap*). Além desse resultado atípico, a mesa de câmbio performou em linha com o esperado. No entanto, a mesa de renda fixa foi impactada negativamente pelas condições de mercado adversas e do cenário macroeconômico.

• Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido encerrou o primeiro semestre de 2025 em R\$ 2,9 bilhões, comparado com R\$ 2,7 bilhões em dezembro de 2024.

• Patrimônio de Referência e Índice de Basileia

De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R\$ 2,9 bilhões em junho de 2025 (dezembro 2024 – R\$ 2,7 bilhões). Em 30 de junho de 2025, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e BACEN, foram apurados em 16,44% e 17,06%, respectivamente (dezembro 2024 – 23,05% e 8,52%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:

Conforme faculdade prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco optou pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, o Banco apresentou um total de ativos de R\$ 14,6 bilhões, comparado com R\$ 30,5 bilhões em dezembro de 2024. A variação no total de ativos decorre, substancialmente, da mudança na classificação e mensuração das operações de câmbio, as quais passaram a ser classificadas na categoria valor justo no resultado e registradas como instrumentos financeiros derivativos.

No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no semestre:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez – Redução no portfólio decorrente, substancialmente, de operações compromissadas O/N realizadas com a finalidade de gestão do caixa e da liquidez do Banco;
- Títulos e valores mobiliários – Incremento do portfólio decorrente, de forma preponderante, do aumento da carteira de títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado;
- Operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito – Expansão do portfólio decorrente, principalmente, do crescimento das operações de capital de giro e de adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC); e
- Ativos fiscais diferidos – Redução no saldo de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias relacionadas a processos judiciais, decorrente, substancialmente, da reversão de parcela da provisão constituída para contingências cíveis.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no semestre:

- Obrigações por empréstimos e repasses – Redução decorrente, principalmente, de obrigações originadas por tomadas de linha junto a entidades ligadas sediadas no exterior;
- Derivativos – Queda decorrente, substancialmente, das variações dos valores de mercado (PTAX) e da queda nas operações a termo de títulos públicos;
- Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras – Aumento do saldo decorrente, principalmente, do complemento de provisão constituída para ativo com problema de recuperação de crédito; e
- Outras provisões – Redução decorrente, substancialmente, da reversão de parcela da provisão constituída para contingências cíveis.



Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco ("Comitê"), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.

Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024. O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 25 de agosto de 2025.

Gestão Corporativa de Risco:

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: [Deutsche Bank Brasil](https://www.db.com/brasil).

Atuação:

Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.

Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.

O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada. O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como "Global Hausbank". Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende se tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para um economia mais sustentável e digitalizada.

O Banco possui três prioridades estratégicas, com foco em atender as necessidades de nossos clientes. Em primeiro lugar, o mundo está mudando rapidamente, tanto a nível geopolítico como econômico. A situação geopolítica é incerta e o mundo vive uma regionalização e fragmentação das cadeias de abastecimento globais. Isto requer aconselhamento personalizado nos países onde temos presença que apenas os bancos globais podem fornecer. Sendo assim, o Deutsche Bank pode apoiar os seus clientes, ajudando-os a gerir os seus riscos, financiando a sua transformação digital e sustentável e permitindo-lhes investir em ativos para gerar riqueza. Como segunda prioridade, o Deutsche Bank também está apoiando os clientes numa transição sustentável. O plano do Deutsche Bank é permitir um volume acumulado de financiamentos e investimentos ESG de mais de \$ 500 milhões de euros, conforme definido no Quadro de Finanças Sustentáveis do Deutsche Bank, no período de 2020 até ao final de 2025. Em 2023, o Banco publicou a sua transição inicial, planejando e desenvolvendo uma ampla gama de instrumentos e soluções financeiras para clientes de diversos setores para ajudá-los a descarbonizar seus negócios. Finalmente e não menos importante, como terceira prioridade estratégica, o Deutsche Bank está perfeitamente consciente de que deve aproveitar a tecnologia para apoiar o crescimento sustentável. A tecnologia está avançando a um ritmo rápido e os bancos devem preparar-se para aproveitá-la para, junto aos clientes, criar valor. A inteligência artificial e a análise de dados moldarão o futuro do setor bancário e impulsionarão serviços inovadores. Mas também é essencial sermos mais eficientes, melhorando os controles e reduzindo os custos operacionais, trazendo como consequência uma simplificação das nossas plataformas.

Atividades culturais e sociais:

O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais. As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.



O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas do seu quadro de colaboradores e familiares, da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).

Durante o primeiro semestre de 2025 o time de voluntários do Deutsche Bank organizou a primeira campanha de arrecadação do ano, levantando recursos para a compra de agasalhos e cobertores, que foram entregues para duas instituições. A primeira, a Casa de Apoio Vida Divina, é uma instituição que tem como missão acolher famílias de todo o Brasil, principalmente crianças e bebês de colo, especialmente das regiões Norte e Nordeste, que vêm a São Paulo em busca de tratamento contra o câncer infantil. Eles atendem 60 famílias por mês e foram entregues cobertores para bebês, macacão infantil, conjuntos de moletom e meias. A segunda instituição atendida foi a Anjos da Leste, organização sem fins lucrativos que atua desde 2013 na Zona Leste de São Paulo, acolhendo pessoas em situação de rua e oferecendo aulas de esportes, atividades educativas, culturais e terapêuticas para crianças e adolescentes. A terceira instituição atendida foi o Instituto Sonhe, uma ONG de 14 anos de existência, dedicada a transformar os sonhos de crianças e adolescentes em realidade no Centro de São Paulo, especialmente na região da Cracolândia.

Tivemos também nosso primeiro evento de voluntariado, realizado com o Instituto Reciclar, entidade que atende jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da qualificação profissional e conexão com o mercado de trabalho. Na ocasião um grupo de voluntários do Deutsche Bank esteve no Instituto para atividades de pintura e organização da biblioteca, e também para conhecer de perto as atividades e a história de alguns dos jovens atendidos.

Ainda na primeira metade do ano organizamos nossa atividade de sustentabilidade, que consistiu na limpeza das margens da represa Guarapiranga. Essa atividade, denominada "Plogging" consistiu em coleta de lixo e resíduos recicláveis nos arredores da represa, aprendizado do conceito de Lixo Zero e como nossas atitudes impactam o meio ambiente, além do passeio de caiaque na represa.

Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa "Home Page" www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:

Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

Diante do acima exposto, a PRSAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.

Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: [Política-de-Responsabilidade-Social-Ambiental-e-Climatica-PRSAC-Deutsche-Bank-Brasil-.pdf](#).

Canal de denúncias:

Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas etc.

Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não retaliação em todas as formas.

Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: <https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia>.

Home Page:

Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa "Home Page" www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 25 de agosto de 2025.

A Diretoria

Luís Flávio Muzzi Mendes – Diretor Presidente

Eduardo Saito

Elaine Aparecida do Nascimento – Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Mateus Praxedes Souza

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre



Shape the future
with confidence

esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou os assuntos, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, em 30 de Junho de 2025, o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 3.741.574 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 30.492 levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração dos referidos instrumentos financeiros.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; e (iii) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos trabalhos de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) atualização de informações dos tomadores de crédito; e (iii) análise das liquidações ocorridas; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram, entre outros: (i) análise de contratos e liquidações (ii) a confirmação da existência das operações por meio de circularização, (iii) entendimentos dos parâmetros de cálculo da perda esperada desenvolvidos pelo Banco relacionados ao modelo de premissas adotadas pela Diretoria e testes de sua efetividade; (iv) análise das classificações de estágio, ativo problemático, grupos homogêneos, carteiras, definições de renegociação e reestruturação; (v) recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23; (vi) garantias e monitoramento das transações



Shape the future
with confidence

renegociadas feitas pela Diretoria; e (vii) análise das divulgações relacionadas ao tema nas demonstrações financeiras realizadas pela Diretoria do Banco.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 18, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2025, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 354.025 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, atuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Para os processos mais relevantes, envolvemos nossos especialistas para avaliação dos valores registrados e divulgados e razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas.

Analizamos, também, as comunicações recebidas dos órgãos reguladores relacionadas a processos, atuações das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perda, as estimativas de valores e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

3. Ambiente de tecnologia



**Shape the future
with confidence**

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados



**Shape the future
with confidence**

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Felipe Fanton Schiavo
Felipe Fanton Schiavo
Contador CRC-SP-324473/O



Documento:	Relatório do Comitê de Auditoria
Diretor Estatutário Responsável:	ELAINE NASCIMENTO
Membros Independentes:	ALVIR ALBERTO HOFFMANN ROSANGELA DOS SANTOS
Data-Base do Relatório:	30 de junho de 2025

Introdução

Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão (“Banco”). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.

Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

Atividades do Comitê

Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o primeiro semestre de 2025 e realizou a reunião de encerramento no dia 25 de agosto de 2025.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa

O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2025. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

**Auditoria Interna**

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2025. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão

Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do primeiro semestre de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 25 de agosto de 2025

ELAINE NASCIMENTO
Diretora e Presidente do Comitê de Auditoria

ALVIR ALBERTO HOFFMANN
Membro Independente do Comitê de Auditoria

ROSANGELA DOS SANTOS
Membro Independente do Comitê de Auditoria



Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2025
Ativo		
Disponibilidades	5	148.814
Ativos financeiros ao custo amortizado		9.126.189
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	3.482.462
Títulos e valores mobiliários	7	1.779.196
Operações de crédito	9	2.074.052
Operações com características de concessão de crédito	9	1.667.522
Outros ativos financeiros	11	122.957
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		4.385.661
Títulos e valores mobiliários	7	2.192.775
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.192.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(30.492)
Ativos fiscais correntes e diferidos		207.784
Impostos e contribuições a compensar		22.061
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	185.723
Outros ativos	12	767.539
Imobilizado de uso		17.678
Outras imobilizações de uso		43.888
Depreciações acumuladas		(26.210)
Total do Ativo		14.623.173
	Nota	Junho 2025
Passivo e patrimônio líquido		
Passivos financeiros ao custo amortizado		8.768.815
Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	3.215.963
Obrigações por operações compromissadas		16.999
Recursos por emissão de letras		222.490
Obrigações por empréstimos e repasses	15	5.032.391
Outros passivos financeiros		280.972
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		1.879.862
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.879.862
Provisão para perdas esperadas com garantias financeiras	10	63.288
Outras provisões	17	416.655
Obrigações fiscais		199.546
Imposto de renda e contribuição social – Corrente		25.551
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	154.621
Outras obrigações fiscais		19.374
Outros passivos	16	409.871
Patrimônio líquido		2.885.136
Capital Social	20(a)	1.928.551
Reservas de lucros	20(b)	772.731
Outros resultados abrangentes	20(c)	9.621
Lucros acumulados		174.233
Total do passivo e patrimônio líquido		14.623.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações de resultados em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2025
Receitas de intermediação financeira		1.551.398
Operações de crédito		123.248
Outras operações com características de crédito		18.300
Aplicações interfinanceiras de liquidez		401.650
Títulos e valores mobiliários		149.572
Resultado de ajuste de variação cambial	22(i)	854.218
Aplicações em moedas estrangeiras		4.410
Despesas de intermediação financeira		(1.185.674)
Operações de captação no mercado		(188.466)
Operações de empréstimos e repasses		(127.883)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	8(g)	(869.325)
Resultado bruto da intermediação financeira		365.724
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(e)	(73.127)
Resultado bruto da intermediação financeira líquido de perdas esperadas		292.597
Outras receitas / (despesas) operacionais		39.147
Receitas de prestação de serviços	22(b)	124.360
Despesas de arrendamento		(1.295)
Benefícios a empregados	22(c)	(168.354)
Outras despesas administrativas	22(e)	(127.513)
Despesas tributárias	22(f)	(40.234)
Provisão/reversão de provisões para contingências	18	176.776
Outras receitas operacionais	22(g)	84.710
Outras despesas operacionais	22(h)	(9.303)
Resultado operacional		331.744
Resultado não operacional		1.698
Resultado antes dos tributos e participações		333.442
Imposto de renda e contribuição social		(150.481)
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	21	(25.551)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13(d)	(124.930)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre		182.961
Quantidade de ações	20(a)	1.246.597.185
Lucro/(prejuízo) por ação básico – R\$	20(d)	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Junho 2025
Lucro líquido do semestre	182.961
Outros resultados abrangentes	(102)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado	
Risco de crédito próprio (DVA) – Líquido do efeito tributário	(27)
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021	(75)
Resultado abrangente do semestre	182.859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.928.551	924.966	239	-	2.853.756
Ajuste de avaliação patrimonial.....						
Títulos disponíveis para venda.....		-	-	(79)	-	(79)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	(184.378)	(184.378)
Saldos em 30 de junho de 2024		1.928.551	924.966	160	(184.378)	2.669.299
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.928.551	763.583	9.519	-	2.701.653
Efeitos da adoção inicial da Resolução						
CMN nº 4.966/2021		-	-	255	420	675
Saldos em 01 de janeiro de 2025		1.928.551	763.583	9.774	420	2.702.328
Ajuste de avaliação patrimonial.....						
Risco de crédito próprio ("DVA").....		-	-	(153)	-	(153)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	182.961	182.961
Destinação do resultado do exercício						
Constituição de reserva legal	20(b)	-	9.148	-	(9.148)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		1.928.551	772.731	9.621	174.233	2.885.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos fluxos de caixa em 30 de junho de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Junho 2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) ajustado do semestre.....		(658.607)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre		182.961
Ajustes ao lucro líquido.....		(841.568)
Despesas de depreciação e amortização	22(e)	1.611
Provisão/reversão de provisão para passivos contingentes	18	(206.560)
Despesas com atualização monetária de processos judiciais	18	29.784
Receitas com atualização depósitos judiciais	22(g)	(10.015)
Receitas com atualização taxa Selic – tributos	22(g)	(226)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(231.309)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		56.586
Efeitos da variação cambial em outros ativos e passivos		(679.496)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(b)	73.127
Impostos diferidos		124.930
Variação de ativos e passivos.....		(4.593.244)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros.....		(4.537.476)
(Aumento)/redução em ativos e obrigações fiscais correntes.....		26.602
(Aumento)/redução em ativos e passivos fiscais diferidos.....		83
(Aumento)/redução em outros ativos		(264.913)
(Redução)/aumento em outros passivos.....		202.027
(Redução)/aumento em provisões		4.479
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.046)
Caixa (utilizado)/gerado nas atividades operacionais		(5.251.851)
Atividades de investimento		
Aquisições em imobilizado de uso.....		(2.091)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		(2.091)
Atividades de financiamento		
(Redução)/aumento em obrigações por empréstimos e repasses.....		(2.700.809)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses.....		(56.586)
Caixa (utilizado)/gerado nas atividades de financiamento.....		(2.757.395)
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		(8.011.337)
Demonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Início do período.....		9.696.919
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		231.309
Fim do período	5	1.916.891
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		(8.011.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária da Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A partir de 01 de janeiro de 2025, o Banco adotou a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, conforme alterada, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os principais efeitos decorrentes da adoção inicial dessa norma são a seguir apresentados:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As operações de câmbio passaram a ser classificadas na categoria valor justo no resultado e registradas como instrumentos financeiros derivativos.
- Mensuração inicial e subsequentes: A parcela da variação no valor justo de passivo financeiro derivativo mensurado no nível 2 ou 3 de hierarquia de valor justo, decorrente de alterações no risco de crédito próprio da instituição ("DVA"), deve ser reconhecida como componente destacado em outros resultados abrangentes, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- Mensuração das perdas esperadas: De acordo com a nova metodologia, a mensuração da perda esperada se realizará por meio da aplicação dos seguintes fatores: (i) exposição à inadimplência (EAD), (ii) probabilidade de inadimplência (PD), e (iii) perda por inadimplência (LGD). Para a estimativa dos parâmetros citados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo desses parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna. Não obstante, convém destacar que, além da mudança na metodologia, o escopo dos ativos financeiros sujeitos à constituição de perda esperada também foi expandido.

Os preceitos e critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021 foram aplicados de forma prospectiva na data de adoção inicial da referida norma, não apresentando efeitos materiais decorrentes de sua aplicação. De acordo com a faculdade prevista no artigo 79 do referido normativo, o Banco optou pela dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Ainda, as demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 04 de setembro de 2025.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: (i) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, (iii) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, (iv) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, (v) CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, (vi) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, (vii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (viii) CPC 24 - Evento Subsequente, (ix) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (x) CPC 28 - Propriedade para Investimento, (xi) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, (xii) CPC 41 - Resultado por Ação, (xiii) CPC 46 - Mensuração do valor Justo, e (xiv) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias e a consequente convergência aos padrões internacionais:

- Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.
- Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.
- Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.
- Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



- Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda, à contabilidade de hedge e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2).
- Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.
- Resolução nº 4.975/21, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Ainda, em 14 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.596 que dispõe sobre regras de preços de transferência (“TP”) relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aproximando-as aos preceitos da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Referido normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024.

A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros – Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa

c.1 Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Banco classifica os ativos financeiros com base no modelo de negócios adotado para a gestão desses ativos financeiros, bem como nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos, nas seguintes categorias: (i) custo amortizado, (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou (iii) valor justo no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto.

Um instrumento da dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado:

- O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode irrevogavelmente designar ao valor justo por meio do resultado um ativo financeiro que, de outra forma, atenda às exigências de mensuração ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso essa designação elimine ou reduza substancialmente um descasamento contábil que poderia existir. Essa opção não foi utilizada pelo Banco.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, exceto no período após o Banco alterar seu modelo de negócio para administrar os ativos financeiros.

c.2 Passivos financeiros

O Banco classifica os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto aqueles expressamente elencados no artigo 9º, da Resolução CMN nº 4.966/2021.

c.3 Instrumentos financeiros derivativos e “hedge accounting”

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (“hedge”).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como “hedge” de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.



Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “*hedge*” de acordo com sua natureza:

- i) “*Hedge*” de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
- ii) “*Hedge*” de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de “*hedge*” dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do “*hedge*” é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 não houve “*hedge accounting*”.

c.4 Baixa

O Banco baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Banco não transfere e nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro e não controla o ativo financeiro.

O Banco realiza operações nas quais transfere os ativos reconhecidos em seu balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos ou parte deles. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados. São exemplos dessas operações as cessões de carteiras de empréstimos com coobrigação.

Em operações nas quais o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade de um ativo financeiro e detém controle do ativo, o Banco continua a reconhecer o ativo na extensão de seu envolvimento contínuo, determinado pela extensão a que está exposto a alterações no valor do ativo transferido.

O Banco baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou quando vencem.

c.5 Mensuração ao valor justo

O “valor justo” corresponde ao preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data da mensuração no mercado principal ou, em sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Banco tenha acesso naquela data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de inadimplimento.

Quando há um mercado disponível, o Banco mensura o valor justo de um instrumento com base no preço cotado neste mercado para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo e as operações para o ativo ou passivo ocorrem com regularidade e volume suficientes para fornecer informações sobre preços de forma contínua.

Caso não haja preço cotado em um mercado ativo, o Banco utiliza técnicas de avaliação para maximizar o uso das informações observáveis relevantes e minimizar o uso de informações não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que seriam considerados pelos participantes do mercado ativo na precificação de uma operação.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Entende-se por mercado ativo o mercado no qual transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.
- **Nível 2:** Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 2 incluem: (a) preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos; (b) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos; (c) informações, exceto preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados; volatilidades implícitas; e *spreads* de crédito; (d) informações corroboradas pelo mercado.
- **Nível 3:** Informações (*inputs*) de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser utilizadas para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro, no reconhecimento inicial, corresponde normalmente ao preço da operação, ou seja, o valor justo da contraprestação paga ou recebida. Caso o Banco determine que o valor justo, no reconhecimento inicial, difere do preço da operação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer informações não observáveis são consideradas irrelevantes com relação à mensuração, o instrumento financeiro será inicialmente mensurado ao valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da operação. Essa diferença é posteriormente reconhecida no resultado de forma adequada com base na vida do instrumento, mas até que a avaliação seja integralmente suportada por dados observáveis de mercado ou a operação seja encerrada.

Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, o Banco mensura os ativos e as posições compradas a um preço de compra e os passivos e as posições vendidas a um preço de venda.

O valor justo de um passivo financeiro com um recurso à vista (por exemplo, um depósito à vista) não é inferior ao valor a pagar à vista, descontado a partir da primeira data na qual o pagamento do valor poderia ser exigido.

c.6 Taxa de juros efetiva

Taxa de juros efetiva é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

No Banco, as operações de crédito ou com característica de concessão de crédito continuam a ser reconhecidas pelas respectivas taxas contratuais, haja vista a inexistência ou a imaterialidade de custos de transação e valores recebidos na aquisição ou na originação desses instrumentos financeiros, conforme definido em política interna e no artigo 13 e parágrafos da Resolução CMN nº 4.966/2021.

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Banco reconhece provisões para perdas de crédito esperadas com relação aos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quais sejam, (i) ativos financeiros que sejam instrumentos da dívida; (ii) contratos de garantia financeira emitidos; e (iii) compromissos de empréstimo emitidos.

O Banco mensura as provisões para perdas a um valor igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil, exceto para os instrumentos a seguir, para os quais são registradas como perdas de crédito esperadas em 12 meses: instrumentos de dívida que apresentam um baixo risco de crédito na data de encerramento; e outros instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito não aumenta substancialmente desde seu reconhecimento inicial.



As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito e são mensuradas da seguinte forma:

- Ativos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como o valor presente de todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber;
- Ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável na data de encerramento: como a diferença entre o valor contábil bruto e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados;
- Compromissos de empréstimo a liberar: como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco caso o compromisso seja utilizado na totalidade e os fluxos de caixa que o Banco espera receber; e;
- Contratos de garantia financeira: pagamentos esperados para reembolsar o titular, deduzidos de eventuais valores que o Banco espera recuperar.

d.1 Determinação de aumentos significativos no risco de crédito e reconhecimento da perda de crédito esperada pela redução do valor recuperável de ativos ("impairment")

Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Banco avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os instrumentos financeiros de dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável, bem como, outros instrumentos financeiros sujeitos a essa avaliação.

Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exerçam um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido.

As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor;
- atrasos de suas obrigações contratuais;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso;
- a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Banco em condições que o Banco não consideraria como interessantes para realizar;
- a probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras;
- um empréstimo que tenha sido renegociado devido à deterioração na condição do mutuário, é geralmente considerado como sujeito à redução ao valor recuperável, a menos que haja evidência de que o risco de não receber os fluxos de caixa contratuais tenha sido reduzido significativamente e não há nenhum outro indicador de "impairment".

Todos os empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado individualmente significativos foram submetidos a um teste específico de redução ao valor recuperável. Empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado não considerados como individualmente significativos, foram coletivamente submetidos a teste de redução ao valor recuperável por meio do agrupamento de empréstimos e adiantamentos e títulos a custo amortizado com características de risco de crédito semelhantes.

d.2 Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas no balanço patrimonial da seguinte forma: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: como uma dedução do valor contábil bruto dos ativos; e (ii) compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira: como uma provisão.

d.3 Classificação de instrumentos financeiros por estágios

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito:

- **Estágio 1:** Entende-se que um instrumento financeiro nesta fase não tenha um aumento significativo no risco desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem ter materializado deterioração, o instrumento financeiro será enquadrado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, serão utilizados os indicadores quantitativos de medição utilizados na gestão normal de risco de crédito como atraso, assim como outras variáveis qualitativas, tais como a indicação de ser uma operação não deteriorada se considerada como refinanciada ou operações incluídas em um acordo especial; e
- **Estágio 3:** Um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro.

d.4 Metodologia de estimativa de provisão

A mensuração da perda esperada se realiza por meio dos seguintes fatores:

- **Exposição a Inadimplência ou EAD (*Exposure at Default*):** é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo o saldo contábil bruto dos ativos financeiros e o saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência.
- **Probabilidade de Inadimplência PD (*Probability of Default*):** é definido como a probabilidade de que a contraparte possa não cumprir as suas obrigações para pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da Resolução CMN nº 4.966/2021, serão considerados ambos: PD-12 meses, que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD-tempo de vida, que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data do balanço e a data de vencimento residual da operação. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em consideração as condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento no cálculo da PD.
- **Perda por Inadimplência LGD (*Loss given Default*):** é o valor não recuperado pelo credor frente ao valor do empréstimo concedido, ou seja, a porcentagem de exposição que não pode ser recuperado em caso de inadimplência. Depende, principalmente, das garantias associadas à operação, que são consideradas como fatores de mitigação de riscos associados a cada ativo financeiro de crédito e aos fluxos de caixa futuros esperados a serem recuperados. Conforme estabelecido na normativa, deve ser levada em conta informação futura para sua estimativa.
- **Taxa de desconto:** é a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, para trazê-los ao valor presente.

Para a estimativa dos parâmetros supracitados, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.



d.5 Ativo problemático e stop accrual

Nos termos do artigo 3º, da Resolução CMN nº 4.966/2021, um instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer: (i) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou de encargos, ou (ii) indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Ainda, nos termos do artigo 17 do referido normativo, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. A constituição de provisão de crédito para ativos problemáticos, estágio 3, é apurada através de ferramenta interna, considerando o valor presente da estimativa de recuperação de crédito em cenários definidos pela área de crédito.

A reclassificação de devedores inadimplentes para adimplentes inclui a exigência de período mínimo probatório (ou período de cura). Somente após análise do comportamento do devedor e de sua situação financeira durante o período probatório, é possível avaliar se a melhoria da qualidade do crédito é factual e permanente. O período probatório é de pelo menos 3 meses a partir do momento em que o devedor deixou de ser inimplante e nenhuma indicação de pagamento improvável, conforme definido em políticas internas, ainda se aplique.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro deve ser baixado para prejuízo no período contábil em que sua recuperação se torne improvável, ou seja, mais de 50% de chance de não ocorrer.

d.6 Reestruturação e renegociação

Reestruturação refere-se a qualquer renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. Renegociação, por sua vez, refere-se a um acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

e. Saldos em moedas estrangeiras

Os valores (ativos e passivos) denominados em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acréscido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Outros passivos

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.

No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.

No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.

Por fim, em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467, posteriormente alterada pela Lei nº 15.078/24, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Referido normativo passou a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

i. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08 (revogado a partir de 1º de janeiro de 2022 pela Resolução CMN nº 4.924/21), dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – "impairment".

De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "impairment".

Para o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.



4. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 30 de junho de 2025, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	<u>Junho 2025</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Disponibilidades	148.814	148.814	-
Ativos financeiros ao custo amortizado	9.126.189	7.434.990	1.691.199
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	3.482.462	3.482.462	-
Títulos e valores mobiliários.....	1.779.196	839.156	940.040
Operações de crédito.....	2.074.052	1.401.449	672.603
Operações com características de crédito.....	1.667.522	1.603.165	64.357
Outros ativos financeiros.....	122.957	108.758	14.199
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	4.385.661	2.944.286	1.441.375
Títulos e valores mobiliários.....	2.192.775	1.544.701	648.074
Instrumentos financeiros derivativos.....	2.192.886	1.399.585	793.301
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(30.492)	(30.492)	-
Ativos fiscais correntes e diferidos	207.784	18.383	189.401
Impostos e contribuições a compensar.....	22.061	18.383	3.678
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	185.723	-	185.723
Outros ativos	767.539	447.180	320.359
Imobilizado de uso	17.678	17.678	-
Outras imobilizações de uso.....	43.888	43.888	-
Depreciações acumuladas.....	(26.210)	(26.210)	-
Total do ativo	14.623.173	10.980.839	3.642.334
	<u>Junho 2025</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado	8.768.815	6.622.518	2.146.297
Depósitos de clientes e instituições financeiras.....	3.215.963	2.858.716	357.247
Obrigações por operações compromissadas.....	16.999	16.999	-
Recursos por emissões de letras.....	222.490	-	222.490
Obrigações por empréstimos e repasses.....	5.032.391	3.465.831	1.566.560
Outros passivos financeiros.....	280.972	280.972	-
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.879.862	1.383.647	496.215
Instrumentos financeiros derivativos.....	1.879.862	1.383.647	496.215
Provisão para perda esperada	63.288	63.288	-
Provisões	416.655	175.651	241.004
Obrigações fiscais	199.546	44.925	154.621
Imposto de renda e contribuição social – Corrente.....	25.551	25.551	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido.....	154.621	-	154.621
Outras obrigações fiscais.....	19.374	19.374	-
Outros passivos	409.871	397.344	12.527
Patrimônio líquido	2.885.136	-	-
Capital Social.....	1.928.551	-	-
Reservas de lucros.....	772.731	-	-
Outros resultados abrangentes.....	9.621	-	-
Lucros acumulados.....	174.233	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	14.623.173	8.687.373	3.050.664

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	<u>Junho 2025</u>
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios.....	5.186
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras ^(a)	143.628
Aplicações em operações compromissadas ^(b) (nota 6).....	1.768.077
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.916.891

^(a) O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R\$ 143.628 em 30 de junho de 2025, sendo com partes relacionadas um montante de R\$ 93.735 em junho de 2025 (nota 19 (a)).

^(b) Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	<u>Junho 2025</u>
Letras do Tesouro Nacional (LTN).....	1.768.077
Subtotal – Operações compromissadas	1.768.077
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	49.065
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 20 (a)).....	1.665.320
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	1.714.385
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.482.462



b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Custo atualizado	Junho 2025		
		Valor contábil por faixa de vencimento		
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.768.077	1.768.077	-	1.768.077
Subtotal	1.768.077	1.768.077	-	1.768.077
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	49.065	36.929	12.136	49.065
Moedas estrangeiras	1.665.320	1.665.320	-	1.665.320
	1.714.385	1.702.249	12.136	1.714.385
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	3.482.462	3.470.326	12.136	3.482.462

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). Os títulos emitidos pelo governo de outros países estão custodiados na Euroclear. As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiados na B3.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo

O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 30 de junho de 2025:

	Junho 2025	
	Custo atualizado	Valor Contábil
Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado	1.779.196	1.779.196
Carteira própria	1.779.196	1.779.196
Debêntures ⁽ⁱ⁾	1.202.697	1.202.697
Notas comerciais ⁽ⁱⁱ⁾	576.499	576.499
Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.186.163	2.192.775
Carteira própria	1.231.483	1.233.349
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1.697	1.683
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	288.378	289.376
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	5.647	5.660
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	11.143	11.352
FILCB	48.321	48.321
Títulos públicos mexicanos (CETES)	876.297	876.957
Vinculados a recompras	16.624	16.680
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	16.624	16.680
Vinculados à prestação de garantias	938.056	942.746
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	358.652	356.948
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	510.882	516.587
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	68.522	69.211
Total	3.965.359	3.971.971

⁽ⁱ⁾ Em 30 de junho de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures foi de R\$ 23.109.

⁽ⁱⁱ⁾ Em 30 de junho de 2025, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das notas comerciais foi de R\$ 4.552.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Em 30 de junho de 2025, a totalidade dos títulos federais mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados no Nível 1 da hierarquia do valor justo.

Os títulos públicos emitidos pelo governo de outros países (títulos públicos mexicanos – CETES) mensurados ao valor justo por meio do resultado são classificados no Nível 2 da hierarquia do valor justo.

b. Composição por prazo de vencimento

Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Junho 2025					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos mensurados ao custo amortizado	1.779.196	-	839.156	264.360	675.680	1.779.196
Debêntures	1.202.697	-	262.657	264.360	675.680	1.202.697
Notas comerciais	576.499	-	576.499	-	-	576.499
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	2.163.539	1.267.284	277.417	385.743	262.331	2.192.775
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	354.349	151.682	206.949	-	-	358.631
Letras do Tesouro Nacional – LTN	799.260	238.645	70.468	369.859	143.671	822.643
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	74.169	-	-	15.884	58.987	74.871
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	11.143	-	-	-	11.352	11.352
FILCB	48.321	-	-	-	48.321	48.321
Títulos públicos mexicanos – CETES	876.297	876.957	-	-	-	876.957
Total	3.942.735	1.267.284	1.116.573	650.103	938.011	3.971.971



8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.

Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

Futuros e termo: cotações extraídas da B3;

Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;

Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades; e

NDF e câmbio: A metodologia praticada para calcular o valor de mercado consiste no uso das taxas de juros internacionais e do câmbio pronto. Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.

Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para o semestre findo em 30 de junho de 2025:

a. Composição por indexador:

	Junho 2025		Valor de referência
	Ativo	Passivo	
Operações de swap	897.982	(598.453)	44.628.939
CDI x CNH	78.335	(23.294)	1.496.674
CDI x IPCA	-	(2.870)	100.000
CDI x Libor	12.496	-	160.814
CDI x Pré	30.979	(309)	968.174
CDI x USD	205.451	(82.117)	6.493.333
CNH x CDI	23.623	(38.696)	876.572
CNH x USD	13.472	-	620.102
EURO x Euribor	103	-	10.000
Euribor x Euro	11	-	10.000
Libor x CDI	-	(11.594)	160.814
Pré x CDI	1.804	(12.521)	209.951
Pré x USD	321.479	(17.702)	6.853.586
Pré x EURO	-	(695)	79.170
SOFR x USD	-	(112.911)	3.599.905
TERM SOFR x USD	47.049	(32.052)	7.596.764
USD x CDI	16.428	-	187.313
USD x Pré	-	(217.070)	4.009.098
USD x SOFR	113.893	-	3.599.905
USD x TERM SOFR	32.859	(46.622)	7.596.764
NDF de moeda	457.327	(491.666)	20.679.342
Posição comprada	15.167	(476.008)	9.532.567
Posição vendida	442.160	(15.658)	11.146.775
NDF de commodities	2.239	(2.129)	41.968
Posição comprada	-	(2.129)	21.456
Posição vendida	2.239	-	20.512
Opções de moeda	18.627	(26.174)	472.625
Compra de opção de compra	18.627	(18.618)	259.100
Venda de opção de compra	-	(7.556)	213.525
Opções de commodities	1.614	(1.614)	75.888
Compra de opção de compra	189	-	23.272
Venda de opção de compra	-	(189)	23.272
Compra de opção de venda	1.425	-	14.672
Venda de opção de venda	-	(1.425)	14.672
Futuros ⁽¹⁾	8.634	(190.170)	23.528.766
Posição comprada	3.485	(172.092)	17.483.077
DAP	615	-	69.197
DI de 1 dia	2.870	(586)	1.259.410
Cupom cambial – DDI	-	(157.906)	13.951.443
Dólar – US\$	-	(5.604)	729.921
WDO	-	(7.996)	1.473.106
Posição vendida	5.149	(18.078)	6.045.689
DAP	-	(2)	720
DI de 1 dia	2	(18.076)	5.520.993
Cupom cambial – DDI	5.147	-	523.976
Termo de título público	701.653	(701.561)	701.226
Compra a termo de títulos públicos	397.003	(397.338)	397.003
Venda a termo de títulos públicos	304.650	(304.223)	304.223
Contratos de câmbio	113.444	(58.265)	10.134.804
Compra de moeda estrangeira	45.596	(10.717)	4.160.636
Venda de moeda estrangeira	67.848	(47.548)	5.974.168
Total	2.201.520	(2.070.032)	100.263.558

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2025, os valores a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros passivos financeiros – Negociação e intermediação de valores".



b. Composição do valor de referência por contraparte:

	Junho 2025				
	Instituições financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de swap.....	8.276.721	15.606.551	20.745.667	-	44.628.939
NDF de moeda	-	19.844.300	835.042	-	20.679.342
NDF de commodities	-	20.512	21.456	-	41.968
Opções	-	166.794	380.319	1.400	548.513
Operações com futuros	-	-	-	23.528.766	23.528.766
Termo de título público	701.226	-	-	-	701.226
Contratos de câmbio	10.037.135	97.669	-	-	10.134.804
Total	19.015.082	35.735.826	21.982.484	23.530.166	100.263.558

c. Composição do valor de referência por local de negociação:

Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

	Junho 2025		
	Bolsa	Balcão	Total
Operações de swap.....	-	44.628.939	44.628.939
NDF de moeda	-	20.679.342	20.679.342
NDF de commodities	-	41.968	41.968
Opções	-	548.513	548.513
Operações com futuros	23.528.766	-	23.528.766
Termo de título público	-	701.226	701.226
Contratos de câmbio	-	10.134.804	10.134.804
Total	23.528.766	76.734.792	100.263.558

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

	Junho 2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps.....	206.301	46.085	315.581	330.015	897.982
NDF	219.048	196.578	42.379	1.561	459.566
Opções	114	1.508	-	18.619	20.241
Termo de título público	701.653	-	-	-	701.653
Contratos de câmbio	28.298	-	40.286	44.860	113.444
Total	1.155.414	244.171	398.246	395.055	2.192.886
Passivo					
Swaps.....	(111.463)	(124.559)	(164.634)	(197.797)	(598.453)
NDF	(225.931)	(213.539)	(53.919)	(406)	(493.795)
Opções	(105)	(2.604)	(3.266)	(21.813)	(27.788)
Termo de título público	(701.561)	-	-	-	(701.561)
Contratos de câmbio	(3.882)	-	(31.500)	(22.883)	(58.265)
Total	(1.042.942)	(340.702)	(253.319)	(242.899)	(1.879.862)

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de swap, termo de moeda e commodities, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Junho 2025		
	Ganhos / (perdas)		Valor de mercado
	Valor de custo	não realizados	
Ativo			
Operações de swap.....	584.793	313.189	897.982
NDF (moeda e commodities).....	413.035	46.531	459.566
Opções	27.863	(7.622)	20.241
Termo de título.....	701.988	(335)	701.653
Contratos de câmbio	89.923	23.521	113.444
Total	1.817.602	375.284	2.192.886
Passivo			
Operações de swap.....	(536.169)	(62.284)	(598.453)
NDF (moeda e commodities).....	(470.710)	(23.085)	(493.795)
Opções	(32.461)	4.673	(27.788)
Termo de título.....	(701.988)	427	(701.561)
Contratos de câmbio	(77.413)	19.148	(58.265)
Total	(1.818.741)	(61.121)	(1.879.862)



f. Hierarquia de mensuração do valor justo:

	Junho 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Operações de swap.....	-	897.982	-	897.982
NDF (moeda e commodities).....	-	459.566	-	459.566
Opções.....	9	20.232	-	20.241
Termo de título.....	701.653	-	-	701.653
Contratos de câmbio.....	-	113.444	-	113.444
Total.....	701.662	1.491.224	-	2.192.886
Passivo				
Operações de swap.....	-	(598.453)	-	(598.453)
NDF (moeda e commodities).....	-	(493.795)	-	(493.795)
Opções.....	-	(27.788)	-	(27.788)
Termo de título.....	(701.561)	-	-	(701.561)
Contratos de câmbio.....	-	(58.265)	-	(58.265)
Total.....	(701.561)	(1.178.301)	-	(1.879.862)

g. Resultado com derivativos:

	Junho 2025
Operações de swap.....	767.482
NDF de moeda e commodities.....	(36.584)
Futuros.....	(1.667.765)
Opções.....	(3.494)
Contratos de câmbio.....	71.036
Total.....	(869.325)

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ATIVOS FINANCEIROS COM CARACTERÍSTICAS DE CRÉDITO

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, têm seu perfil apresentado a seguir:

	Junho 2025
Operações de crédito	
Empréstimos.....	1.894.234
Títulos descontados.....	165.320
Financiamentos à importação e exportação.....	14.498
Subtotal.....	2.074.052
Outros ativos financeiros – Com características de crédito	
Compra de recebíveis.....	548.636
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE).....	1.089.110
Rendas a receber de ACC.....	29.776
Subtotal.....	1.667.522
Total de operações de crédito e outros ativos antes da provisão.....	3.741.574
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	(30.492)
Provisão para garantias prestadas.....	(63.288)
Total de provisões para perdas esperadas.....	(93.780)

a. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer	De 31 a	De 61 a	De 91 a	De 121 a	De 181 a	Acima de	Total
		até 30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	180 dias	360 dias	361 dias	
Capital de giro.....	-	277.154	15.975	2.485	403.106	28.690	309.298	608.887	1.645.595
Financiamento a imp./exp. (1).....	-	-	-	-	-	-	10.596	-	10.596
Conta garantida.....	-	69.441	923	70.809	253	56.993	50.220	-	248.639
Outros créditos e emp.	-	-	3.902	-	-	-	-	-	3.902
Recebíveis/títulos de crédito									
a receber (2).....	-	203.386	129.852	73.720	41.343	23.596	23.400	53.339	548.636
ACC (3).....	-	311.696	96.152	27.755	66.517	214.153	391.595	11.018	1.118.886
Títulos descontados.....	-	10.078	11.160	9.425	9.082	16.567	45.291	63.717	165.320
Total junho 2025.....	-	871.755	257.964	184.194	520.301	339.999	830.400	736.961	3.741.574

(1) Em 30 de junho de 2025, financiamento à importação e exportação corresponde a repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R\$ 10.596 e a operações comprar no montante de R\$ 3.902.

(2) Em 30 de junho de 2025, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R\$ 196.156 e a operações de "Supplier finance" no montante de R\$ 352.479.

(3) Em 30 de junho de 2025, rendas com ACC/ACE correspondem a R\$ 29.776.



b. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financ. imp./exp.	Conta garantida	Outros créditos e emp.	Recebíveis /Tít. cred. a receber	ACC/ACE	Títulos descontados	Junho 2025
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	-	42.111	241.126	-	283.237
Comércio	-	-	30.392	3.902	37.137	105.928	-	177.359
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	126.177	214.929	-	341.106
Máquinas e equipamentos	322.759	10.596	66.575	-	68.866	32.328	-	501.124
Outros	752.247	-	141.795	-	59.036	-	-	953.078
Químico e petroquímico	303.537	-	9.624	-	161.729	218.700	-	693.590
Eletroeletrônicos	-	-	253	-	7.361	-	165.320	172.934
Automotivo	254.848	-	-	-	45.790	-	-	300.638
Construção e imobiliário	12.204	-	-	-	-	11.018	-	23.222
Agropecuário	-	-	-	-	429	-	-	429
Transportes	-	-	-	-	-	294.857	-	294.857
Total	1.645.595	10.596	248.639	3.902	548.636	1.118.886	165.320	3.741.574

c. Concentração das operações de crédito

	Junho 2025	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	2.578.390	68,91
50 seguintes maiores emitentes/clientes	1.131.484	30,24
100 seguintes maiores emitentes/clientes	31.700	0,85
Total	3.741.574	100,00

10. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS

a. Instrumentos financeiros associados ao risco de crédito

Ativos financeiros	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ao custo amortizado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.482.462	-	-	3.482.462
Títulos e valores mobiliários	3.185.737	675.135	111.099	3.971.971
Operações de crédito	2.074.052	-	-	2.074.052
Outros ativos com características de crédito	1.665.192	2.330	-	1.667.522
Outros ativos financeiros	49.893	-	-	49.893
Total - Ativos financeiros	10.457.334	677.465	111.099	11.245.898
Passivos financeiros				
Garantias financeiras prestadas (registradas em contas de compensação)	2.364.384	84.873	192.271	2.641.528
Total - Passivos financeiros	2.364.384	84.873	192.271	2.641.528

No primeiro semestre de 2025, a movimentação relevante entre estágios ocorreu em relação a uma contraparte do segmento de máquinas e equipamentos, do estágio 2 para o estágio 3.

Não houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no primeiro semestre de 2025.

Não houve baixa para prejuízo nem reestruturação ou renegociação de ativos financeiros no primeiro semestre de 2025.

b. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias financeiras prestadas

	Junho 2025
Saldo inicial	(19.126)
Ajuste saldo de abertura 1º de janeiro de 2025	(1.527)
Constituição no semestre	(84.708)
Reversão no semestre	11.581
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	(93.780)

c. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco	1	2	3	Junho 2025
Vencidos	135	-	-	135
A vencer até 30 dias	60	-	-	60
De 31 a 60 dias	23	-	-	23
De 61 a 90 dias	39	-	-	39
De 91 a 120 dias	104	1	-	105
De 121 a 180 dias	217	-	13.887	14.104
De 181 a 360 dias	7.542	1	52.710	60.253
Acima de 361 dias	1.394	4.291	13.376	19.061
Total	9.514	4.293	79.973	93.780

d. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Junho 2025
Adiantamento sobre contrato de câmbio	1.664	-	-	1.664
CDI	16	-	-	15
Capital de giro	644	-	-	644
Cessão de crédito sem coobrigação	193	7	-	200
Conta garantida	69	-	-	69
Debênture	1.355	4.285	17.469	23.109
Depósito judicial	90	-	-	90
NCE	12	-	-	12
Nostro (depósitos em moeda estrangeira)	42	-	-	42
Nota comercial	4.552	-	-	4.552
Supplier Finance	12	-	-	12
Títulos descontados	82	-	-	82
Garantias financeiras prestadas	783	1	62.504	63.288
Total	9.514	4.293	79.973	93.780



e. Composição da despesa por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Junho 2025
Adiantamento sobre contrato de câmbio.....	(1.272)	-	-	(1.272)
CDI.....	271	-	-	271
Capital de giro.....	(409)	-	-	(409)
Cessão de crédito sem coobrigação.....	(73)	-	-	(73)
Conta garantida.....	131	-	-	131
Debênture.....	2.250	(3.707)	(16.844)	(18.301)
Depósito judicial.....	8	-	-	8
NCE.....	(11)	-	-	(11)
Nostro (depósitos em moeda estrangeira).....	(42)	-	-	(42)
Nota comercial.....	(4.552)	-	-	(4.552)
Supplier Finance.....	(1)	-	-	(1)
Títulos descontados.....	89	-	-	89
Outros ativos financeiros.....	944	-	-	944
Garantias financeiras prestadas.....	(413)	-	(49.496)	(49.909)
Total	(3.080)	(3.707)	(66.340)	(73.127)

11. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 30 de junho de 2025, outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são compostos por:

	Junho 2025
Negociação e intermediação de valores ^(a)	98.155
Rendas e receber.....	24.752
Relações interfinanceiras.....	50
Total	122.957

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 30 de junho de 2025, a totalidade refere-se a devedores – conta liquidações pendentes.

12. OUTROS ATIVOS

Em 30 de junho de 2025, outros ativos são compostos por:

	Junho 2025
Devedores por depósitos em garantia ^(a)	494.775
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (nota 19 (a)) (b).....	257.477
Outros investimentos.....	7.570
Adiantamentos, antecipações salariais e outros.....	4.579
Despesas antecipadas.....	2.078
Pagamentos a ressarcir.....	872
Outros.....	188
Total	767.539

(a) Devedores por depósitos em garantia

Em 30 de junho de 2025, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	Junho 2025
Depósitos previdenciários.....	192.531
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis.....	175.288
Demandas COFINS.....	56.563
Demandas ISS.....	32.859
Outras demandas tributárias.....	37.534
Total	494.775

(b) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior

Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do Grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 20 (a)).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2025, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	Junho 2025		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Crédito tributário			
Diferenças temporárias (a).....	100.258	80.207	180.465
Prejuízo fiscal/base negativa (b).....	-	5.258	5.258
Passivo diferido			
Carteira MTM (c).....	(85.901)	(68.720)	(154.621)
Total	14.357	16.745	31.102

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2024	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Junho 2025
Imposto de renda.....	126.857	18.212	(44.811)	100.258
Contribuição social.....	101.486	14.570	(35.849)	80.207
Total	228.343	32.782	(80.660)	180.465

Crédito tributário constituído, principalmente, sobre benefícios pós-emprego e remuneração variável diferida, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes) e processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial).



O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 180.465.

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2025 – 47,33%; 2026 – 25,76%; 2027 – 10,89%; 2028 – 5,42%; 2029 – 3,20%; e entre 2030 e 2034 – 7,40%.

(b) Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	<u>Dezembro 2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>(Reversão) / (Realização)</u>	<u>Junho 2025</u>
Contribuição social	8.661	3.089	(6.492)	5.258
Total	8.661	3.089	(6.492)	5.258

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em 30 de junho de 2025 totalizou R\$ 5.258.

A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 3 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (percentual sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2025 – 100%.

O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R\$ 143.554.

(c) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	<u>Dezembro 2024</u>	<u>(Constituição)</u>	<u>Reversão / Realização</u>	<u>Junho 2025</u>
Imposto de renda.....	(44.475)	(61.736)	20.310	(85.901)
Contribuição social	(35.580)	(49.389)	16.249	(68.720)
Total	(80.055)	(111.125)	36.559	(154.621)

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

(d) Efeito no resultado do semestre e em outros resultados abrangentes

Em 30 de junho de 2025, o efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes decorrente do registro de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	<u>Prejuízo fiscal / Base negativa</u>	<u>Outras diferenças temporárias</u>	<u>Passivo diferido</u>	<u>Efeito líquido</u>
	<u>Receita / (despesa)</u>	<u>Receita / (despesa)</u>	<u>Receita / (despesa)</u>	<u>Receita / (despesa)</u>
Imposto de renda.....	-	(26.598)	(41.426)	(68.024)
Contribuição social	(3.404)	(21.279)	(33.140)	(57.823)
Efeito em 2025	<u>(3.404)</u>	<u>(47.877)</u>	<u>(74.566)</u>	<u>(125.847)</u>

(*) A diferença entre o efeito líquido no resultado em 2025 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultado refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre o ajuste relativo ao risco de crédito próprio (DVA) no montante de R\$ (83), além do IRPJ/CSLL diferidos calculados sobre os ajustes aos saldos de abertura de 1º de janeiro de 2025 decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 no montante de R\$ (834).

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2025, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	<u>Junho 2025</u>
Depósitos a prazo ^(a)	2.424.338
Depósitos à vista ^(b)	518.582
Depósitos interfinanceiros ^(c)	273.043
Total	3.215.963

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-Cetip, com percentual entre 40% e 102%. Do montante total de depósitos a prazo, R\$ 358.902 correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

	<u>Junho 2025</u>
Faixas de vencimento	
Até 3 meses	451.702
3 a 12 meses	1.827.511
1 a 3 anos	145.125
Total	2.424.338

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R\$ 3.912 correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 30 de junho de 2025, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-Cetip, com percentual entre 99% e 100%, no total de R\$ 273.043. Segue abertura por prazo de vencimento:

	<u>Junho 2025</u>
Faixas de vencimento	
Até 3 meses	32.438
3 a 12 meses	28.483
1 a 3 anos	212.122
Total	273.043



15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Junho 2025
Obrigações por tomadas de linha ^(a)	3.921.510
Financiamentos à exportação ^(b)	1.110.881
Total (nota 19 (a))	5.032.391

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "interbank" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 5,86% ao ano e vencimento em fevereiro de 2030.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 5,325% ao ano e vencimentos até fevereiro de 2028.

16. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de junho de 2025, diversos referem-se a:

	Junho 2025
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 19 (a))	233.928
Despesas de pessoal	87.684
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	48.967
Rendas a apropriar (fianças e <i>stand-by letter of credit</i>)	25.370
Adiantamento em moeda nacional recebido	7.000
IOF a recolher	4.638
Outras despesas administrativas	2.284
Total	409.871

17. PROVISÕES DIVERSAS

	Junho 2025
Riscos fiscais e administrativos (nota 18)	177.949
Passivo contingente (nota 18)	176.076
Passivo atuarial (nota 22 (d))	62.630
Total	416.655

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2024	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito/pagamento	Atualização monetária	Junho 2025
Fiscais						
IR/CS (a)	14.652	-	-	-	533	15.185
INSS (b)	139.293	-	-	-	3.345	142.638
ISS (c)	18.872	-	-	-	739	19.611
Total fiscais	172.817	-	-	-	4.617	177.434
Trabalhistas	412	-	-	-	13	425
Administrativo (d)	500	-	-	-	15	515
Cíveis (e)	357.072	-	(206.560)	-	25.139	175.651
Total provisões	530.801	-	(206.560)	-	29.784	354.025

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R\$ 2.223, que atualizado perfaz R\$ 12.591, referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank Corretora de Valores. Em 2024, equalizou-se o montante de provisão ao do depósito, o que ocasionou um aumento da ordem de R\$ 6.000 no saldo provisionado.

Também foi constituída, em setembro de 2019, uma provisão no valor de R\$ 2.593 (valor mantido em 2025) relativo ao mandado de segurança de CSSL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. O depósito judicial e provisão constituído para essa causa foi atualizado para R\$ 142.638, o qual corresponde ao valor atualizado de forma integral.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R\$ 7.547. Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R\$ 3.076 que atualizado é de R\$ 5.790 e o outro em outubro de 2018 no valor de R\$1.230 que atualizado é de R\$ 1.757.

Em relação às demais discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto as receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R\$ 12.064. Os depósitos judiciais somam o montante de R\$ 12.064.

No momento do provisionamento, qual seja, ao final de 2022, os processos relacionados nesse item estavam classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível. Ainda assim, em auditoria realizada pelo Banco Central do Brasil, o provisionamento foi requerido de forma prudencial.



- (d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R\$ 515.
- (e) O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços de custódia, sendo que a provisão constituída foi atualizada considerando o valor estimado de perda. No mês de junho, as partes do processo estabeleceram um acordo na ação mencionada, levando à reversão de parte da provisão constituída para futuro encerramento do caso.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento predeterminados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R\$ 15.383. Em 03 de janeiro de 2007, foi realizado um depósito judicial de R\$ 9.566, que atualizado perfaz R\$ 20.916, (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R\$ 190, (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R\$ 6.802, (iv) autuação da RFB, também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R\$ 20.183. Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R\$ 15.367, que atualizado perfaz R\$ 25.152, para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. O auto, originalmente oriundo da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foi devidamente impugnado. A causa de R\$ 21.111 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R\$ 16.697 que atualizado perfaz R\$ 25.621, para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R\$ 18.625, que atualizado perfaz R\$ 25.583, referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa. Visando corroborar o cálculo feito por essa instituição, o Banco obteve um termo de constatação emitido pela auditoria da KPMG para ser apresentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R\$ 2.075. O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com artigo 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R\$ 13.197. O processo foi julgado desfavoravelmente aos interesses dessa instituição, o que ensejou no ingresso de ação anulatória de débito fiscal na esfera judicial, cujo depósito atualizado é de R\$ 17.658.

Em setembro de 2023, foi lavrado contra o Banco um novo auto de infração cobrando o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços dos anos de 2018 e 2019, casos que, semelhante à autuação de 2016 e 2017, não deveriam estar sujeitos à referida incidência, motivo pelo qual esta autuação foi devidamente impugnada. O valor total da causa é de R\$ 14.344.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R\$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020, o Banco efetuou depósito judicial no valor de R\$ 34.193, que atualizado perfaz R\$ 49.892.

Casos trabalhistas

O Banco é parte solidária em uma reclamação trabalhista contra um de seus fornecedores e o valor total atualizado da reclamação perfaz R\$ 866.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas e coligadas no país e no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Junho 2025	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (i) (nota 5)	93.735	-
DB AG (Frankfurt)	26.768	-
DB AG (Tokyo)	4.653	-
DB AG (New York)	28.796	-
DB AG (London)	31.056	-
DB AG (Hong Kong)	2.462	-
Aplicações em ME (i) (nota 6)	1.665.320	-
DB AG (Frankfurt)	333.934	-
DB AG (New York)	1.331.386	-



	Junho 2025	
	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Serviços prestados para empresas no exterior (ii)	257.477	102.185
DB AG (London)	97.493	33.790
DB AG (New York)	26.277	9.865
DB Trust Co. Americas	28.510	11.514
DB AG (Cayman Isl.)	81.491	35.653
DB AG Domestic Bank	12.495	3.524
DB AG Hong Kong Br	820	-
Deutsche Asset Management Group Limited	439	3.995
Deutsche Bank National Trust Company	5.885	1.880
Dt. Sec. SACV Mexico	1.363	922
DB AG Singapore Br	1.198	508
Valores a receber de outras partes relacionadas	1.505	534
Carteira de câmbio - Operações de arbitragem (i)	1.211	-
DB AG (London)	8.819	-
DB AG (Frankfurt)	53.551	-
DB AG (New York)	(61.158)	-
Depósito à vista (i) (nota 14 (b))	(3.912)	-
Dt. Bank Secur. Inc.	(93)	-
DB AG (London)	(3.531)	-
DB AG London Global Markets (Latam Struct Credit)	(288)	-
Depósito a prazo (i) (nota 14 (a))	(358.902)	(25.299)
DB III Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(6.647)	-
DB II Fundo De Investimento Multimercado Investimento no Exterior	(352.255)	(25.299)
Obrigações por empréstimos e repasses (i) (nota 15)	(5.032.391)	-
DB AG (Frankfurt)	(30.789)	-
DB AG (New York)	(4.972.008)	-
DB AG (London)	(29.594)	-
Despesas a pagar para empresas no exterior (ii)	(233.928)	(79.489)
DB AG (Frankfurt)	(93.273)	(28.506)
DB AG (London)	(48.667)	(15.447)
DB AG New York	(54.300)	(19.688)
DB Trust Company Americas NY	(9.958)	(5.203)
DB AG Singapore Br	(6.256)	(1.181)
DB AG Paris Branch	(2.461)	(116)
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(786)	(138)
DB AG Cayman Islid Br	-	(3.218)
Deutsche Asset Management Group Limited	(13.344)	(4.833)
DB AG AsiaPacific HO	(1.952)	(451)
Valores a pagar a outras partes relacionadas	(2.931)	(708)

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do Grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	Junho 2025
Remuneração fixa	8.005
Remuneração variável (curto prazo)	716
Encargos trabalhistas	3.026
Total	11.747

b.4 Benefícios de longo prazo:

	Junho 2025
Remuneração variável (curto prazo)	9.495
Encargos trabalhistas	3.295
Total	12.790

b.5 Outras informações: Conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).



20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.928.551 divide-se em 1.246.597.185 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 30 de junho de 2025, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R\$ 772.731, sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R\$ 131.965 e "Reserva para expansão" no montante de R\$ 640.766.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste atuarial sobre benefícios pós-emprego no montante de R\$ 9.594, bem como do ajuste relativo ao risco de crédito próprio do Banco (DVA) no montante de R\$ 27.

d. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

e. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	Junho 2025
Risco operacional.....	114.818
Risco de crédito.....	753.947
Risco de moeda/cambial	33.694
Risco de juros.....	423.093
Risco de commodities	1
CVA.....	78.385
DRC.....	-
Total Patrimônio Líquido Exigido – PLE	1.403.938
Patrimônio referência	2.885.739
Margem para limite Basileia	1.481.801
Percentual de utilização	48,65%
Índice Basileia.....	16,44%
IRRBB*	33.032
Razão de alavancagem	17,06%

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de janeiro/2020.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda Junho 2025	Contribuição social Junho 2025
Resultado antes dos tributos e participações.....	333.442	333.442
Efeitos marcação a mercado.....	(162.323)	(162.323)
Adições (exclusões) permanentes líquidas.....	7.100	(6.901)
Adições (exclusões) temporárias líquidas.....	(107.735)	(107.735)
Base de cálculo	70.484	56.483
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	-	(17.019)
Base de cálculo após compensações	70.484	39.464
Impostos correntes	(17.609)	(7.942)
Impostos diferidos	(27.342)	(21.873)
Ativo fiscal diferido.....	(42.520)	(33.195)
Imposto de renda e Contribuição social no período.....	(87.471)	(63.010)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 30 de junho de 2025, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	Junho 2025
Serviços prestados a partes relacionadas.....	99.999
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme.....	10.811
Rendas de garantias prestadas.....	8.204
Serviços de custódia	4.808
Outras.....	538
Total	124.360



c. Benefícios a empregados

Em 30 de junho de 2025, benefícios a empregados referem-se a:

	Junho 2025
Proventos	(117.183)
Encargos	(37.718)
Benefícios e treinamentos	(13.453)
Total	(168.354)

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R\$ 50.468.
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R\$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020, o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós-emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. A provisão constituída nessa modalidade foi de R\$ 12.162.
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e beneficiários. Os planos de benefícios mantidos pelo Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2024, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superávit de R\$ 2.311.

e. Outras despesas administrativas

Em 30 de junho de 2025, outras despesas administrativas referem-se a:

	Junho 2025
Serviços de empresas no exterior ^(a)	(77.168)
Processamento de dados	(12.343)
Serviços do sistema financeiro	(11.127)
Serviços técnicos especializados	(7.203)
Comunicação	(5.233)
Manutenção e conservação de bens	(3.314)
Serviços de terceiros	(3.244)
Viagens	(1.620)
Depreciação e amortização	(1.611)
Seguros	(1.361)
Publicidade e propaganda	(679)
Aluguéis	(650)
Outras	(1.960)
Total	(127.513)

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 30 de junho de 2025, despesas tributárias referem-se a:

	Junho 2025
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	(20.039)
PIS/COFINS	(12.264)
Outros (IOF, IPTU e outros)	(7.931)
Total	(40.234)

g. Outras receitas operacionais

Em 30 de junho de 2025, outras receitas operacionais referem-se a:

	Junho 2025
Renda de recebíveis	34.834
Reversão de provisão sobre pagamento baseado em ações	17.680
Preço de transferência – MDL “Divisão do lucro”	12.987
Atualização de depósitos judiciais	10.015
Atualização de saldos a receber com partes relacionadas	2.186
Reversões de outras provisões	1.745
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	1.563
Atualização Selic sobre tributos a recuperar	226
Outras	3.474
Total	84.710



h. Outras despesas operacionais

Em 30 de junho de 2025, outras despesas operacionais referem-se a:

	Junho 2025
Varição cambial sobre saldos com partes relacionadas.....	(6.473)
Atualização de saldos a pagar com partes relacionadas	(2.321)
Outras.....	(509)
Total	(9.303)

i. Resultado de ajuste de variação cambial

O resultado de ajuste de variação cambial refere-se aos efeitos das variações das taxas de câmbio sobre depósitos no exterior em moedas estrangeiras, operações com características de concessão de crédito, aplicações em moedas estrangeiras e obrigações por empréstimos e ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possuía essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Junho 2025
Ativo – Exposição.....	1.470.361
Passivo – Garantidor	(637.567)
Resultado líquido	832.795

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30 de junho de 2025 o Banco teve a totalidade de seu resultado classificada como resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente no semestre findo em 30 de junho de 2025.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRBB - *Interest rate risk in the banking book*), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

Conforme disposto no artigo 90, parágrafo 1º, da Resolução BCB nº 352/2023, a descrição detalhada da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco, por meio do Relatório de Pilar 3, nos termos da Resolução BCB nº 54/2020.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de autoavaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de Mercado e Risco de Taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nominais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- **Value-at-Risk (VaR):** é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period (Stress Testing)*: medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *MRM*.



- **Stress Test;** Impacto no resultado da carteira de negociação sob condições extremas de mercado. Métrica complementar ao VAR que analisa o portfólio em situações extremas (99,98%), aplicando choques fixos diariamente ao portfólio. Os choques são de 15% na taxa de câmbio (dólar) e em torno de 5% na curva de juros. Estima-se que tais magnitudes ocorram apenas uma vez a cada 20 anos.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual. Para as carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações prefixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Valor do capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária (IRRBB): O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para o risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta NII;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente;
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor accrual na contabilidade dentro da carteira bancária. Com limites para perdas.

Date	Total VaR*
30-Dez-22	4.961.581
30-Jun-23	8.168.061
30-Dez-23	11.226.097
30-Jun-24	9.438.878
30-Dez-24	3.465.000
30-Jun-25	4.245.189

*Em reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (*Credit Risk Management* - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (*Multi-National Company* – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (*Watchlist*) e participação nas reuniões de atualização da *Watchlist* para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica;
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.



Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o rating interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating (GCAF: *Global Credit Analytics Function*). O Grupo DB possui uma governança de gestão de modelos que atende as demandas de negócio e regulatórias em diversas jurisdições. A validação dos modelos é realizada por área independente das áreas desenvolvedoras.

O sistema de rating do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde uma probabilidade de inadimplimento (*default*).

As provisões para perdas de crédito são calculadas com base em modelos internos do Grupo para estimativa de de probabilidade de inadimplimento (*Probability of Default – PD*), perda dado o inadimplimento (*Loss Given Default – LGD*) e exposição no momento do default (*Exposure at Default – EAD*). Mensalmente é verificada a consistência das premissas dos modelos globais com as perspectivas do mercado Brasileiro (*forward looking*), avaliando dados macroeconômicos e de mercado.

Para efeito de cálculo de provisões de crédito, os instrumentos financeiros são classificados em estágios, sendo:

Estágio 1: ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito em relação à sua data de originação. Nestes casos, a probabilidade de inadimplimento (*default*) no modelo de perda esperada é calculada para um horizonte de 12 meses;

Estágio 2: ativos financeiros que apresentam aumento significativo do risco de crédito, sem que tenha ocorrido uma inadimplência. Nestes casos, a probabilidade de inadimplimento é calculada para o prazo contratual restante ("*lifetime*");

Estágio 3: ativos financeiros problemáticos (*default*) ou que apresentam fortes indicativos de que não serão honrados em sua totalidade no vencimento, seguindo os critérios da política de crédito, ou que se encontra inadimplido por mais que noventa dias. A provisão para o instrumento financeiro classificado no estágio 3 é calculada pelo valor presente dos fluxos que o DB espera receber, ajustado pela probabilidade.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações de derivativos onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Diversas técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- *Netting* ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é realizado continuamente pela área de CRM, considerando, entre outros aspectos, o apetite de risco e o ambiente macroeconômico vigente.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - *Capital and Risk Oversight Committee*).

A área de CRM elabora relatórios do portfólio de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – *Board of Directors*). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.



O Banco faz o acompanhamento contínuo da sua carteira, onde indicadores de deterioração da qualidade de crédito, segundo critérios definidos na política de crédito, motivam ações de monitoramento são intensificadas, como por exemplo, a inclusão de contrapartes na lista de monitoramento (*Watch List*) que é acompanhada mensalmente no CROC e trimestralmente em comitê global.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segregada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – *Board of Directors* – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelados ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência à Resolução nº 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos direitos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.



DIRETORIA NA PRESENTE DATA

Luís Flávio Muzzi Mendes
Diretor-Presidente

Eduardo Saito

Elaine Nascimento
Diretora responsável pela contabilidade

Guilherme Bernasconi Daniel

Jaime Castromil Lassala

Mateus Praxedes Souza

Ricardo Andrade Cunha

Rui Fernando Ramos Alves

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento
CRC 1SP 201003/O-6

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda
CRC 1SP 282682/O-6